

**Análises do processo educativo no movimento feminista Marcha Mundial das Mulheres:
“seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”.**

Ingrid Wink¹

ingridwink@gmail.com

Paola Cardoso Purin²

paolapurin@gmail.com

Eixo 4: Paulo Freire e os Movimentos Sociais, Economia Solidária, Educação e Trabalho.

Resumo

Nosso estudo propõe unificar diálogos e análises que vêm sendo realizadas a partir do projeto de pesquisa que permeia a relação entre o caráter educativo e o processo de luta do movimento social feminista: Marcha Mundial das Mulheres, exposto posteriormente. Analisamos algumas partes desta pesquisa em andamento, mais especificamente algumas entrevistas, bem como parte de nosso referencial teórico embasado no legado de Paulo Freire como pensador de métodos e estratégias de organização pedagógica; desvelamento da consciência oprimida; e a solidariedade como fator preponderante em qualquer processo de luta popular. Os estudos relativos a gênero estão cada vez mais sendo realizados, embora tenham diferentes referenciais, como por exemplo, alguns se baseiam fortemente na cultura, outros na condição econômica e material das mulheres. Nossos estudos focam na ideia de que a produção da vida material antecede a cultura, mas em hipótese alguma desmerece a cultura na questão da opressão, visto que em se tratando de patriarcado, a cultura é elemento fundamental. Ao aprofundarmos nosso diálogo sobre o tema, apreendemos algumas questões expostas neste artigo, como por exemplo, o elemento da solidariedade feminista para poder ser possível uma organização séria e comprometida neste movimento social. Somente através da solidariedade é que muitas mulheres conseguem ir movendo-se dos seus lugares onde estão, e, muitas vezes, têm medo de libertarem-se. Porém, uma vez em processo de desvelamento da consciência de oprimida, percebem que precisam do feminismo para viver melhor. Estas descobertas vão acontecendo pouco a pouco e fomos percebendo que a troca pedagógica das mulheres em movimento, tem sua chave nas denúncias apreendidas do cotidiano, e na consciência máxima da solidariedade entre as mulheres.

¹ Ingrid Wink é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação da professora Dr^a Marlene Ribeiro.

² Paola Cardoso Purin é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação do professor Dr Jaime José Zitkoski.

Palavras-chave: processo de luta; feminismo; movimentos sociais; Marcha Mundial das Mulheres; educação.

Este artigo unifica diálogos oriundos de pesquisa em andamento junto de análises e reflexões realizadas pelas autoras acerca do caráter educativo da luta social partindo de um movimento feminista internacional, a Marcha Mundial das Mulheres. A pesquisa³ de doutoramento encontra-se em construção no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde as autoras são pesquisadoras com fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O que há com o universo das pesquisas, afinal, que cresce tanto as vinculações de estudo ligadas ao feminismo? Espalhadas por todos os lugares, diversas linhas e áreas do conhecimento, em especial nas ciências humanas, a temática das mulheres cresce cada vez mais, suscitando novos desafios, críticas e diálogos. Não significa dizer que estas pesquisas são bem aceitas, mas é perceptível que estão cada vez mais surgindo, especialmente, no âmbito da educação. Basta fazer uma pesquisa rápida de projetos, dissertações e teses, para encontrarmos pessoas estudando diversos fenômenos que abrangem diferentes matizes das lutas das mulheres ou da inserção da mulher em diversas áreas de atuação.

Há quem pense que partir do universo das mulheres não basta, é preciso partir do feminismo enquanto classe. Há quem denomine gênero e relacione seu estudo a partir da cultura. Diversas vertentes poderão embasar estudos da realidade das mulheres, mas o fato é que algo está mudando. Situamos nosso artigo em um tempo/espço latinoamericano contemporâneo, partindo da premissa de que a luta das mulheres é, necessariamente, uma luta de classes sociais, mais especificamente a classe trabalhadora da qual o movimento que vem sendo estudado faz parte. Partimos do pressuposto de que para haver produção material e fazer engrenar o sistema capitalista, é preciso que haja uma supremacia de uns sobre outros. Uns pela classe, outros pela classe e pelo gênero e ainda pela classe, gênero e raça.

Mas não tem sido simples, nem fácil mudar essa realidade. A condição feminina é definida em nossa sociedade por uma opressão específica das mulheres como gênero feminino. Essa opressão, por um lado, não pode ser dissociada da questão de classe e da estrutura – o sistema capitalista. Por outro lado, revela enormes contradições, inclusive no seio da classe trabalhadora, uma vez que os homens como grupo social obtêm privilégios que se manifestam também na condição de cada

³ Sob o título: *O educativo na construção da emancipação da classe trabalhadora na Marcha Mundial das Mulheres: o processo de luta das mulheres no Rio Grande do Sul – Brasil*, orientado pela professora Dr^a Marlene Ribeiro.

homem. Isso tem colocado enormes desafios para aquelas e aqueles que lutam por uma transformação geral da sociedade. Ao lutar contra a exclusão das mulheres, deparamos com conflitos e necessidade de mudanças também na família, nos movimentos sociais e nas relações interpessoais. (FARIA, 2005, p. 17)

O trecho nos mostra um dos pontos que embasam nosso texto. Trata-se dos limites que analisamos ao percebermos que é muito mais fácil reconhecermos a exclusão econômica e política do que percebermos a exclusão e dominação dos processos que fazem parte do cotidiano. E assim, ao falarmos de cotidiano, estamos falando da realidade que cabe à mulher e os seus desafios do processo de dar conta das contradições não apenas da produção mas da reprodução da vida. Por esta razão, sempre que surgem questionamentos sobre a necessidade de estudarmos classe e gênero, e não apenas classe, desafiamo-nos mais ainda a tentar entender as razões intrínsecas para afirmar que sim, a classe trabalhadora, apesar da luta, mantém-se na condição do patriarcado e não sugere modificar essa estrutura em boa parte dos movimentos sociais de classe que podemos conhecer, ao menos na prática. Na teoria as camadas revolucionárias de classe, almejam junto das mulheres, libertar todo tipo de opressão. Na prática podemos observar que nenhuma mulher obteve espaço político algum, sem que antes tivesse lutado muito entre os seus.

Esta reflexão nos leva então, a dialogarmos sobre os sentidos de lutar e de conduzir as lutas, ou seja, somente através de muita luta política é que algumas transformações podem ocorrer e, necessariamente, passam pela dimensão cotidiana e vão até as mais altas das utopias. Contudo, é preciso organização, método e rigorosidade. É preciso saber-se incompleto enquanto sujeito individual e coletivo. É preciso compreender os processos históricos e estar paciente à luta. Paciente, não passivo. É sim, um processo pedagógico referente ao despertar da consciência de cada mulher que se aproxima e que ensina e aprende uma com a outra. É uma relação de cumplicidade e solidariedade que tornam um fazer pedagógico dentro de um movimento social feminista como este que iremos apresentar.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um movimento social internacional que existe em mais de setenta países de todos os continentes. No Brasil existe a partir do ano de 2000 e foi inspirada na luta contra a pobreza e violência oriunda da Marcha por Pão e Rosas em 1995 em Quebec no Canadá. Aos poucos esta rede de mulheres de diferentes movimentos sociais foi se espalhando por diversos países e forma hoje um movimento social amplo e diversificado mundo afora. Unifica-se em lutas anticapitalistas especialmente ligadas ao

patriarcado⁴, à violência sexista, à mercantilização do corpo da mulher e o direito ao seu corpo, à soberania alimentar, à pobreza que assola o planeta, etc. A MMM no Rio Grande do Sul - Brasil, que é nosso foco de análise, congrega mulheres de diferentes espaços. Desta diversidade de áreas de atuação das militantes da MMM, emergiu a inquietação por saber mais sobre o que elas aprendem umas com as outras neste movimento e de que forma isso se materializa na realidade.

O que de *educativo* poderíamos relacionar nas ações e formações políticas da MMM enquanto movimento? Que trocas acontecem e o que elas conseguem transformar nas suas realidades a partir do movimento?

Vimos analisando ao longo da pesquisa, que estar em movimento e perceber-se enquanto oprimida era um fator preponderante para qualquer transformação, seja cotidiana, seja mais complexa. Neste sentido, ressaltaram-nos algumas falas como esta que segue:

Para transformar a realidade a gente tem que estar em movimento, e a militância eu sinto como se fosse esse movimento por mudanças.

Durante toda a minha vida o feminismo foi algo escondido, não era muito próximo de mim e da minha realidade. E chegar no espaço da Marcha, e falar de solidariedade, falar de igualdade, e a construção coletiva, são as principais características que consigo fazer referências. (jovem estudante e militante da MMM e do Coletivo Nacional de Juventude Negra: ENEGRECER)

Segundo este relato de nossa sujeita⁵ podemos mergulhar no legado freireano que nos instiga a refletir sobre a tomada de consciência e o que nos move a lutar. O despertar da consciência crítica, é, portanto, um caminho sem retorno na qual nos forjamos sujeitos diante de percebermo-nos seres incompletos. Na *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1982, p. 19-20) nos proporciona adentrarmos neste debate sobre a tomada da consciência do oprimido:

A consciência crítica (dizem) é anárquica. Ao que outros acrescentam: “Não poderá a consciência crítica conduzir à desordem?” Há, contudo, os que também dizem: “Por que negar? “Eu temia a liberdade. Já não a temo!” [...] Se a tomada de consciência abre o caminho à expressão das insatisfações sociais, se deve a que estas são componentes reais de uma situação de opressão.

⁴ Consideraremos neste artigo, o *patriarcado* como sendo a opressão do sexo masculino perante o feminino, ou seja, a supremacia do homem em relação à mulher e tudo que engloba social, política e economicamente esta premissa.

⁵ A opção pela palavra *sujeita* aparecerá algumas vezes neste artigo tornando-se um neologismo pois a língua não prevê o feminino de *sujeito*. No entanto, acreditamos na linguagem que liberta, que ultrapassa o pré-estabelecido pelo pensamento conservador e crê no *inédito-viável* (FREIRE, 1979).

Ao analisarmos as mulheres que forjam sua luta cotidiana alicerçadas na solidariedade feminista, que, por diferentes motivos se viram encorajadas a participarem da luta das mulheres, percebemos que o elemento do desvelamento da opressão contida ou inconsciente dentro da própria oprimida é o que a faz dar um salto de qualidade enquanto sujeita da sua própria existência. Desta construção e da peculiaridade da MMM ser um movimento que abrange mulheres de diferentes movimentos sociais, o que as une é simplesmente a solidariedade feminista em torno dos mais variados temas inseridos na luta anticapitalista.

Me considero feminista. Olha, o feminismo mudou minha vida. Não tem como não me dedicar a algo que me compõe, que me faz bem, que ajuda a sociedade. Ser feminista é tecer a nossa história junto com outras mulheres. Minha mãe diz que é perda de tempo. E que eu me dedico muito e não deveria. (jovem estudante e militante da MMM e do Coletivo Nacional de Juventude Negra – ENEGRECER)

A fala desta jovem chama a atenção pois nos remete a ideia da necessidade da tomada de consciência que inicia o caminho da libertação do *status quo*, que, embora opressor, é cômodo. O que há além dos muros da libertação é algo desconhecido. Costumamos temer o desconhecido, criticá-lo, mistificá-lo. Por vezes, chegamos a criminalizar o “desconhecido”, simplesmente por medo de sairmos do lugar onde estamos e que já conhecemos. Freire na Pedagogia do Oprimido problematiza este medo de movimentar-se e sair do lugar de onde se está. É inegável que ao dialogar com uma pessoa oprimida, ela identificará onde se situa sua condição de opressão, contudo, é difícil demais propor que o sujeito desate suas amarras, tendo em vista que a massa da sociedade (consciente disso ou não) estimula para não lutar radicalmente. Por conta disso é preciso de método e de formação permanente, pois estamos nos referindo a um espaço onde pesquisadoras e sujeitas, ambas estão em condição de opressão de alguma forma. É preciso força para a luta, mas também embasamento. Do contrário, o movimento do capital desarticula e desestimula qualquer iniciativa revolucionária e destrói no cotidiano o ímpeto da ideia de “movimentar-se”. Organização no movimento, não é trazer uma verdade absoluta àquelas que recém chegaram, mas aprender o novo com elas e trocar dialeticamente o que já tem sido organizado ao longo do tempo. É preciso, contudo, perceber-se incompleto, em processo, como cita nossa sujeita:

Me identificar como feminista foi uma transição. Mudou muito sobre saber acolher as pessoas. Saber compreender as realidades que são diferentes da minha. E a não ter práticas que invisibilizam e excluem as pessoas. (Jovem

militante da MMM e do coletivo de Juventude Negra –
ENEGRECER)

Ela nos auxilia a entendermos melhor o elemento da solidariedade educativa na luta. Nenhuma mulher desperta para a luta da mesma forma que outra. Cada motivo que move este pulso de luta acontece de um modo diferente na vida de cada militante social ou na vida de cada mulher que gostaria de lutar e não consegue. Por esta razão, um dos gritos das mulheres negras que se reúnem também na MMM é: “uma sobe e puxa a outra”. “Uma sobe” tem um símbolo muito forte do processo de tomada de consciência e da ideia de rede, de coletivo, de solidariedade, de movimento. São mulheres negras que estão se afirmando na sociedade, demarcando seu espaço, enfrentando padrões e discriminações, encorajando que as outras tomem também as rédeas de sua própria existência.

Ser militante é estar todo o tempo indo atrás dos nossos objetivos, das nossas conquistas, garantir nossos direitos, estar em permanente alerta, fazer que nossos sonhos se tornem realidade.

Hoje eu não saberia estar em outro movimento que não seja a Marcha. A Marcha nos fortalece muito. Hoje estamos vivendo um período muito forte de instabilidade, o sistema capitalista, todo o sistema, não somente o Brasil, estamos vivendo os reflexos de tudo isso. (Militante da MMM e Funcionária pública)

A libertação, para Freire, “é um parto. Um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos” (1982, p. 36). Por isso movimentos sociais que visam a formação educativa e se planejam para isto, tentam dar conta de estabelecer as condições necessárias para que cada mulher, nas suas subjetividades, seja capaz de compreender de que lugar/tempo/espaço está falando a outra pessoa oprimida. Ao mesmo tempo em que o movimento busca visibilidade da sociedade como um todo para ações estratégicas, pautando determinados assuntos que chamem a atenção daquelas que ainda estão confinadas da sua própria liberdade, mas já sofreram algum tipo de violência pelo simples fato de ser mulher.

Um exemplo material disto na MMM é o apelo à legalização do aborto. Uma de nossas entrevistadas relata-nos que, sua porta de entrada no movimento feminista, especialmente na MMM, foi o fato de trabalhar cotidianamente com mulheres que engravidam do quinto filho, por exemplo, e não têm o direito de não querer ter este filho.

Me descobri feminista, eu acho que a partir do momento em que eu comecei a trabalhar como médica e que eu percebi que as mulheres estavam em desvantagem. A primeira militância começou com a questão do aborto. Justo do aborto. E aí que me

dei conta que a gente tinha que lutar. Como uma mulher que já tem quatro filhos não pode fazer o aborto do quinto filho se ela quiser? Ela não tem, ela não pode. E a partir daí vi que alguma coisa a gente tinha que fazer.

Ser feminista talvez me faça uma médica melhor. Mais compreensiva. Mas dá muito trabalho. (Médica ginecologista e militante da MMM)

Deste relato, problematizamos o que Freire nos ensina sobre a questão da solidariedade. Aquela em que não se “dá” aos outros, mas primeiramente, toma-se a consciência para si para estar *com* os iguais e não apenas lutar *pelos* iguais. A solidariedade é um princípio não somente da MMM, mas de qualquer movimento social de classe que compreenda os fins maiores de sua luta. As razões para mover-nos, podem ser diversas:

Para mim a legalização do aborto é uma questão que precisamos que aconteça. Eu fiz um aborto e o médico me perfurou o útero, o intestino. Eu não quero que mais nenhuma mulher passe por isso. (Militante da MMM e Funcionária pública)

Hoje no Brasil é preciso que morram muitas mulheres por aborto mal feito ou por hemorragia, em sua absoluta maioria, mulheres da classe trabalhadora que não têm acesso a clínicas seguras e bem estruturadas. Não é possível ter acesso sequer a dados estatísticos formais, tendo em vista que o aborto não é declarado nem na entrada nem na saída de uma mulher que passe mal e vá para o hospital. Por enquanto, o que se tem são dados estimados em 1.000.000 (um milhão ao ano)⁶ e que são contestados tanto por quem é contra quanto por quem é a favor da legalização do aborto.

O processo do despertar da consciência da opressão das mulheres, ainda que muito pautado na atualidade, ainda é motivo para marginalização. Isto porque acreditamos que a desestruturação da “família” moderna recai sobre a culpabilização da mulher que resolveu sair à esfera pública para trabalhar fora de casa. Assim, é acusada de não dar conta de cuidar dos filhos, da educação escolar e não-escolar destes, zelar pelo aprendizado de bons valores sociais enquanto ser humano, fazer refeições para a família, cuidar dos afazeres da casa e prover para que o marido tenha sua roupa limpa para ir trabalhar. As mulheres mais progressistas ou que obtêm maior condição material para se estabelecerem e que já romperam esta barreira, saíram para a esfera pública para trabalhar sem deixar de cumprir todas as tarefas que antes já cumpriam. Exercem, portanto, o trabalho doméstico e com sorte, o trabalho assalariado concomitantemente.

⁶ Segundo dados expostos no sitio [www2/camara.leg.br](http://www2.camara.leg.br)

Diante de todas as nossas análises brevemente expostas neste artigo, podemos fazer não afirmações, mas algumas problematizações que seguirão em processo de construção. Uma delas é de que o caráter educativo de um movimento social está intrinsecamente ligado à sua forma de organização e seu método de funcionamento. Nenhum tipo de movimento é capaz de se fortalecer sem a máxima organização. Dentro desta organização, podemos perceber que em movimentos como a MMM, a solidariedade feminista é uma característica preponderante para o processo de consciência e de libertação da relação opressor/oprimido e especialmente em opressores/hospedeiros como nos sugere Freire (1982), quando traz a ideia de que a classe oprimida carrega consigo o opressor até que entre em processo de desvelar sua própria consciência e condição de oprimido. E que este processo não se finda, não se acaba, nunca está pronto. Precisa de formação, de movimento, de método, de continuidade.

Por isso, seja a situação que for que resulte numa “denúncia” de opressão contra as mulheres, seja a vertente que for, sejam apenas questões pontuais de exploração do mundo da imagem e da moda, do corpo, da sexualidade, sejam questões socioeconômicas de pobreza, seja risco de vida por hemorragia ou câncer de mama, seja a humilhação escolar infanto-juvenil, sejam desigualdades no mundo do trabalho, seja resultado da violência do capitalismo, sejam problemas de saúde pública, seja o problema que for: nenhuma razão para trazer uma mulher à consciência para a libertação feminista deve ser ignorada. Ela sempre começará pelo que lhe é real e cotidiano até que consiga, através da *solidariedade educativa*, compreender que o âmbito da luta é muito maior e precisa de forças coletivas. Neste sentido, ousamos propor que nenhuma opressão cotidiana seja banalizada, anestesiada, naturalizada ou desmerecida. Talvez esteja nesta prática cotidiana a chave da transformação, pois tudo que o movimento feminista já conquistou até hoje em termos de leis, normais, regras impostas através do Estado para melhorar a vida das mulheres, foi somente com muita luta e certamente fruto de situações-limite do cotidiano.

Referências bibliográficas:

FARIA, Nalu. *Exclusão e mulheres na América Latina (in) Feminismo e a luta das mulheres: análises e debates*. NOBRE, Mirian; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. (orgs.) São Paulo: SOF, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Pedagogia da Autonomia*. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. *Pedagogia da Esperança*. 13 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

TORRES, Carlos Alberto. *Diálogo com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1979.